

## UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS ALUNOS DA EJA

Vanessa Maria Costa Bezerra Silva <sup>1</sup>

Keity Elen da Silva Melo <sup>2</sup>

Líllian Franciele Silva Ferreira <sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho teve como principal objetivo analisar a história de vida dos sujeitos que frequentam a sala de aula da Educação de Jovens e Adultos, a partir de uma experiência nessa modalidade da educação básica, afim de identificar quais são os seus anseios e compreender os motivos que os levaram a estarem nesse espaço. Para isso realizamos entrevistas, na perspectiva qualitativa e quantitativa, tendo como principal instrumento para coleta de dados um roteiro de questões semiestruturadas, ancorado nos estudos de Fonseca (2002), Souza (2011), Freire (2015), Vasconcelos (2002), Gouveia e Silva (2015), dentre outros. Ademais, a partir das entrevistas percebemos que a história de vida desses sujeitos nos revela a realidade da aprendizagem dos alunos, seus anseios e esperança de mudanças de vida e expectativas futuras principalmente voltadas ao aprendizado da leitura e da escrita.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos, História de vida, Relato de experiência.

### INTRODUÇÃO

A origem do Brasil é marcada por profundas desigualdades sociais, sejam elas relacionadas a área da saúde, da educação, do lazer, do trabalho, entre outros. Alguns desses problemas sociais que foram gerados ao longo da constituição do país se perduram até os dias atuais. Na área da educação temos um imenso problema social, visto que de um lado temos uma parte que usufrui de excelentes escolas e do outro uma maioria da população brasileira que luta pelo acesso a essa área social.

No ano de 1890, no Brasil, cerca de 85,21% da população era iletrado e com isso fomentava-se a necessidade da alfabetização desses sujeitos, os quais eram considerados como ignorantes, porém eles precisavam se ajustar ao mundo social e do trabalho. Desse modo, a educação se tornou um meio para superar os problemas causados pela falta da técnica da escrita e da leitura, com isso a educação destinada aos jovens e aos adultos que por algum motivo não

---

<sup>1</sup>Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, [vanessacosta.ufal@gmail.com](mailto:vanessacosta.ufal@gmail.com);

<sup>2</sup>Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, [keityemelo@gmail.com](mailto:keityemelo@gmail.com);

<sup>3</sup>Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), [lillian.ferreira1@gmail.com](mailto:lillian.ferreira1@gmail.com);

tiveram acesso à escola na idade denominada como regular passa a ser vista como um fator necessário para que a nação atenda as exigências da sociedade vigente.

A sociedade vai se adaptando as necessidades do mundo do trabalho e isso resulta na necessidade de que os sujeitos se preparem para o que será imposto. Com isso, os seres humanos precisam se ajustarem as demandas do modelo de sociabilidade vigente, o qual exige um profissional capacitado e que atenda as demandas do capitalismo. Esses fatores influenciam na forma como a educação será planejada e também requer que todos os sujeitos estejam alfabetizados e letrados, bem como saibam utilizar diferentes instrumentos tecnológicos para se enquadrarem no mercado de trabalho.

Para suprir as demandas da sociedade capitalista e do mercado de trabalho, os jovens e os adultos que não conseguiram se alfabetizar na idade regular, precisam retornar ao ambiente escolar em busca de aprender a ler e a escrever, além de outros aspectos importantes, como o conhecimento matemático, social e cultural, para se encaixarem nas novas exigências do mercado de trabalho e do mundo letrado.

Na década de 1990 foram implantados alguns programas voltados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), como por exemplo o Programa Nacional de Educação de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEBJAS) e o Programa Brasil Alfabetizado (PAS). Convém ressaltar que, a EJA é marcada por um contexto de programas governamentais, parcerias entre Secretarias Estaduais de Educação, Universidades, Movimentos Sociais e Sociedade Civil.

A compreensão da EJA geralmente é constituída por alunos que não frequentaram a escola na idade dita como “regular” por vários motivos ou que precisaram se excluir dela por outros fatores, principalmente, econômicos. Esses alunos ao retornarem à escola, eles trazem consigo uma história de vida, com medos, inseguranças, sonhos e esperança de aprender a ler e escrever, para assim conseguirem obter melhores condições de vida. Além disso, eles colocam no espaço escolar uma expectativa para alcançar suas metas, sendo o professor um ser importante nesse processo.

Diante disso, o objetivo desse trabalho foi analisar a história de vida dos sujeitos que frequentam a sala de aula da EJA, afim de identificar quais são os seus anseios e compreender os motivos que os levaram a estarem nessa modalidade da educação básica. A partir das entrevistas percebemos através dos relatos orais que a história de vida desses sujeitos nos revela a realidade da aprendizagem dos alunos, seus anseios e esperança de mudanças de vida e expectativas futuras principalmente voltadas ao aprendizado da leitura e da escrita.

## METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido numa escola da rede de educação básica pública do município de Arapiraca/AL, na turma da EJA da 2ª e 3ª fase, a qual funciona como uma turma multisseriada devido a quantidade de alunos evadidos nessas duas turmas e contendo apenas 1 (um) professor.

Para compreender quem são os sujeitos da EJA partimos de alguns questionamentos importantes: de onde vem esses sujeitos? quais são os seus anseios? por qual motivo eles estão nessa modalidade de ensino? a coleta das informações da vida desses sujeitos da EJA, partiu de uma pesquisa no âmbito quantitativo e qualitativo. “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32), enquanto que na pesquisa quantitativa os resultados podem ser quantificados e “recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.” (FONSECA, 2002, p. 20).

As entrevistas com os sujeitos tiveram como instrumento um roteiro de questões semiestruturadas, utilizando as seguintes indagações: idade?, estado civil?, onde residem?, quantas pessoas moram na mesma residência?, se trabalham?, profissão?, escolaridade de todos os membros da família?, quantidade de filhos?, e o que fez retornar a sala de aula?. Adotamos essa abordagem como instrumento de investigação, visando assim compreender às significações que esses alunos possuem sobre ser um sujeito da EJA e como se reconhecem nesse processo de aprendizagem.

## DESENVOLVIMENTO

A Educação de Jovens de Adultos (EJA), antes denominada de Educação de Jovens e Educação Popular, se configura como uma modalidade de ensino da educação básica. Souza (2001, p. 36) ressalta que “a educação de adultos tem trajetória secular na educação brasileira, tendo como bandeira central a superação do analfabetismo”, enquanto que “a educação popular é um paradigma educacional, se assim se pode dizer, que articula o acesso ao conhecimento e processos emancipatórios” (SOUZA, 2011, p. 36).

Conforme Souza (2011, p. 40)

Foi ao longo do século XX que a educação popular recebeu maior valorização, pois, de um lado, existiam idealizadores da educação que tentavam fortalecer o lugar dela nos debates políticos e, de outro, havia a organização popular que seria adensada com

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

as mudanças advindas das relações econômicas e da reorganização dos espaços rural e urbano.

Paulo Freire é um desses idealizadores e incentivadores que contribuiu para o debate da educação popular no Brasil, principalmente nos anos de 1960, enfatizando a proposta “de uma pedagogia problematizante e não de uma ‘pedagogia’ dos ‘depósitos’, ‘bancária’”. (1987, p. 100). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passa a ser um direito de todos e dever do Estado, conforme o Art. 205 destaca:

A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2016, p. 123).

Para reafirmar a proposta da Educação contida na CF/1988 e detalhar alguns pontos mais específicos para a educação, foi elaborada a proposta para a Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira. No dia 20 de dezembro de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constituída como a Lei Federal 9.394, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em relação a EJA, a lei apresenta em seu Art. 37. que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. (BRASIL, 1996).

Ao analisar a proposta da LDB 9.394/9 notamos que existe uma contradição quanto ao investimento nessa modalidade de ensino, uma vez que, após a implementação da LDB 9.394/96 e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), de acordo com a lei 9.424 de 24 de dezembro de 1996, a matrícula de alunos na EJA não é computada para a distribuição desses recursos, ficando apenas a computação das matrículas de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental.

O FUNDEF focalizou a distribuição de recursos para os alunos de 7 a 14 anos, porém excluiu a educação dos jovens e adultos que não tiveram acesso ou condições de permanência na escola na idade “certa”. Ao tempo em que esse fundo garantia recursos para o ensino fundamental das crianças e adolescentes, deixou a educação infantil, ensino médio e a EJA sem esse parcial financiamento.

A promulgação da Emenda Constitucional (EC), nº 53 de 2006 e com a Lei 11.494 de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB), alterou a destinação dos recursos e com isso as matrículas da EJA passaram a ser contabilizadas. De acordo com o Art. 60, parágrafo 4º da EC 53/2006,

Para efeito de distribuição de recursos dos Fundos a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo, levar-se-á em conta a totalidade das matrículas no ensino fundamental e considerar-se-á para a educação infantil, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos 1/3 (um terço) das matrículas no primeiro ano, 2/3 (dois terços) no segundo ano e sua totalidade a partir do terceiro ano. (BRASIL, 2006).

É nesse cenário de disputa e de desigualdades sociais que a EJA vem se constituindo, tendo como principal objetivo a educação para os sujeitos que não frequentaram a escola na idade dita como “regular” ou que precisaram se excluir dela por vários motivos, principalmente econômicos, sendo a maioria dos alunos trabalhadores com vínculos informais, com condições de trabalhos precárias ou aposentados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas foram realizadas com 17 (dezesete) alunos. É importante enfatizar que essa era a quantidade de alunos que estavam frequentando as aulas nos últimos dias e isso se constitui como uma característica das turmas da EJA, a evasão escolar. Visto que, muitos alunos iniciam o ano letivo, mas com as demandas do dia a dia, acabam abandonando a sala de aula, pois, a maioria desses jovens e adultos precisam trabalhar para sustentar a família.

Nas entrevistas buscamos conhecer um pouco da realidade de vida desses sujeitos, seus anseios, o motivo de saírem de suas casas para buscar na EJA uma nova oportunidade de aprender a ler, escrever e conhecer outras visões de mundo. Constatamos também que a maioria dos membros das famílias desses alunos possuem ensino fundamental incompleto e que apenas alguns dos filhos desses sujeitos concluíram o ensino superior.

Vale destacar que um dos instrumentos legais para a aplicabilidade dessa modalidade é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo a EJA como uma modalidade destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso aos estudos por algum motivo. Ou seja, é notório diante dos relatos, que a maioria dos alunos que frequentam essa modalidade não tiveram a oportunidade de frequentar o espaço escolar na idade “certa” e por isso estão buscando a EJA para suprir essa lacuna.

Seguindo essa perspectiva, Vasconcelos (2002, p. 107) ressalta que:

Precisamos saber quem é o aluno que procura nossa escola: o que pensa da escola, quais suas expectativas pessoais e profissionais, qual sua origem social, sua situação social atual, que valores cultiva, quais suas condições objetivas de existência, sua linguagem, acesso a meios de comunicação, participação em ‘grupos de cultura’, etc.

Quem são esses alunos? São sujeitos que possuem idade entre 22 anos a 62 anos, sendo 11 do sexo feminino, e 6 do sexo masculino. Em relação ao estado civil e quantidade de filhos,

7 são casados oficialmente, 5 moram juntos, 5 são divorciados, e tem entre 2 a 6 filhos. Quanto ao local em que residem, 14 moram em residência própria, 2 em casas alugadas e 1 com os pais, tendo entre 1 a 8 moradores na mesma residência.

Em relação as profissões exercidas pelos alunos da EJA, temos carregador de frete com carro de mão, serralheiro, caminhoneiro, técnico em ar-condicionado, diarista, vendedor autônomo, serviços gerais, e agricultor. Dos entrevistados 2 possuem emprego formal, 7 informal, 1 aposentado e 7 não trabalham. Notamos que são várias as profissões dos alunos que estão nessa sala de aula e em sua maioria não possuem um vínculo empregatício formalizado, perpetuando uma precarização do trabalho para esses sujeitos.

Gouveia e Silva (2015, p. 751) salienta que,

As classes da EJA são frequentadas por indivíduos com diferentes idades além de diferentes origens, histórias, realidades e expectativas. Toda essa complexidade gera uma grande dificuldade de entender as particularidades desse grupo tão heterogêneo, e ainda as necessidades diferenciadas que estes apresentam. Para que se entenda, é necessário refletir um pouco sobre os motivos que os fizera retornar ao ambiente escolar.

Considerando esse contexto buscamos entender o motivo que os fizeram retornar a sala de aula e dentre os entrevistados, 5 alunos relataram que “não tiveram oportunidade antes”, 11 alunos falaram que “quer aprender a ler e escrever” e 1 aluno respondeu que “não tem o que fazer e vem estudar”. Destacamos algumas falas dos entrevistados em relação ao que buscam na EJA e como isso ajuda na realização pessoal. Um dos alunos relataram que a EJA é “uma oportunidade para a gente aprender. Porque a gente que trabalha na roça não tem oportunidade. Meu sonho é aprender a ler para ser caminhoneiro”. Outro destaca que “eu quero estudar e aprender para quando eu chegar numa placa de trânsito saber para onde vai”. E um terceiro relato diz que “eu venho em busca de conhecer o mundo, porque no dia que eu aprender a ler eu conheço o mundo de verdade”.

As histórias de vida dos alunos da EJA se assemelham em alguns pontos e a maioria retornam para a sala de aula, a fim de sanar os problemas relacionados a alfabetização, pois a partir desse processo de ensino e aprendizagem os alunos tem a esperança de realizarem os seus sonhos, que muitas vezes, estão atrelados a leitura e a escrita, e o professor é elemento primordial nesse processo. Corroborando com Freire (2015, p. 70) “a esperança de que professor e aluno juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos a nossa alegria”. Dessa forma, professor e aluno se tornam partícipes desse processo, e além disso para o aluno a escola se torna um meio de realização pessoal e com a expectativa de um amanhã melhor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência com os alunos da EJA nos possibilitou uma aproximação com a realidade dos sujeitos que buscam, através dessa modalidade de ensino, suprir suas necessidades escolares, tendo em vista que a maioria deles não tiveram acesso ao ensino na idade regular ou precisaram se afastar da escola para trabalhar. Porém, com as exigências do atual modelo de sociabilidade vigente no Brasil, a qual exige dos sujeitos uma formação para se manter ou se adentrar no mercado de trabalho, esses jovens e adultos percebem a necessidade da formação escolar para ocupar os diversos espaços da sociedade e retornam as salas de aula da EJA.

Ademais, é de suma importância destacar que essa experiência nos permitiu conhecer, através dos relatos orais nas entrevistas, a realidade desses sujeitos que passam o dia trabalhando e a noite vão para a escola em busca da realização de um sonho em comum, aprender a ler e escrever. Entretanto, essas histórias nos fizeram refletir sobre a prática docente, nossas limitações, anseios e a vida de um modo geral, pois ao ver pessoas que apesar de tantas dificuldades, sejam elas familiares, financeira, doenças, entre outras, elas deixam suas casas todas as noites em busca de aprenderem a ler e a escrever.

Dessa forma, compreendemos que os alunos da EJA colocam suas expectativas no espaço escolar como meio de reverter suas dificuldades, no que concerne ao conhecimento necessário para conseguir um melhor emprego e se adaptar as exigências da sociedade atual. Assim, precisamos estar atentos as demandas desses alunos e promover meios para que eles possam permanecer nesses espaços e alcançar uma aprendizagem significativa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, 2016.

BRASIL. Senado Federal. **Emenda Constitucional nº 53, de 2006**. Brasília, 19 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2006/emendaconstitucional-53-19-dezembro-2006-548446-publicacaooriginal-63582-pl.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. ed. 17. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. ed. 51. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. ed. 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOUVEIA, Daniele da Silva Maia; SILVA, Alcina Maria Testa Braz de. **A formação educacional na EJA**: dilemas e representações sociais. Belo Horizonte: Revista Ensaio, v. 17, n. 3, p. 749-767, set./ dez., 2015.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação de jovens e adultos**. ed. 2. Curitiba: Ibpex, 2011.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. ed. 10. São Paulo: Libertad, 2002.